

DESAFIOS POLÍTICOS PARA EDUCAÇÃO

POLITICAL CHALLENGES FOR EDUCATION

Graziela Rossetto Giron ¹

RESUMO: O presente artigo se propõe a discutir em que consistem as políticas públicas, mais especificamente as políticas educacionais, e como estas influenciam na construção do conceito de cidadania. O texto aponta que, para cada modelo de Estado, corresponde também um modelo de educação, uma vez que o projeto educativo veicula uma imagem de homem e de mundo que se deseja alcançar ou formar. Portanto, falar de política educacional implica em considerar que a mesma articula-se à construção de um projeto de sociedade e de cidadania. Compreender quais são as políticas educacionais que orientam, atualmente, a educação ajuda a clarificar as relações de poder que se estabelecem entre o Estado e a sociedade, como também, o tipo de indivíduo que se está formando a partir dessas políticas.

Palavras-chave: políticas educacionais; neoliberalismo; cidadania.

ABSTRACT: This article propose a discussion if wath consist the public politics, more especific the educacional's politics, and how this thinks influence in construction of in the concept of citizenship. The text apoint for the each model of States, correspondent a model of education too, because wich of all educacional's project make an imagine to the man wich will caught or formed. Therefore, talk the education politics implicate in considerat wich an education politics articulate, with a construction the project of the society an citizenship. Understand what are the education politics wich orientate the education, at this moment, help a clarify the relations of the power wich firm between the State and society, and the kind of person wich stay development this politics.

Keywords: education politics; neoliberalism; citizenship.

Políticas públicas e neoliberalismo

A consciência da política surgiu pela primeira vez com Aristóteles, filósofo grego que afirmou que “o homem é um animal político”. O ser humano tem a capacidade de organizar-se socialmente, assumindo a partir de suas atitudes, do seu modo de pensar e decidir, posições políticas. A política nasce, quando os homens começam a se organizar em sociedade, fazendo escolhas para viabilizar a convivência em grupo. É nesse momento que aparecem as diferentes posições políticas, diferentes concepções que refletem uma idéia de homem, mundo e sociedade, que nunca são neutras, mas reveladoras de como as pessoas são, pensam, ou entendem o mundo.

¹ Professora da rede municipal de ensino de Caxias do Sul- RS. Licenciada em Ciências, Pedagogia, especialista em Formação para Educação a Distância, e Mestre em Educação. Contato: gironfamilia@ibest.com.br

Entretanto, quando se fala em políticas públicas deve-se ter em mente as estruturas de poder e de dominação presentes no tecido social; destas derivam as políticas. As políticas públicas foram e são implementadas, reformuladas ou desativadas de acordo com as diferentes formas, funções e opções ideológicas assumidas pelos dirigentes do Estado, nos diferentes tempos históricos. Com relação à proposição de políticas educacionais isso não é diferente.

A cada modelo de Estado também corresponde uma proposta de educação, uma vez que “todo projeto educativo, todo discurso educativo veicula uma imagem de homem, uma visão de homem” (GADOTTI, 1984, p. 144) que se deseja formar. Dito de outra forma, a política educacional defendida por um determinado governo reflete como ele entende o mundo e as relações que se estabelecem na sociedade.

Segundo Ozga (2000), os governos usam a educação com fins específicos como: melhoramento da produtividade econômica; treino de mão-de-obra; mecanismo de escolha e seleção para as oportunidades existentes; um meio de transmissão cultural, através da qual as identidades nacionais podem ser promovidas ou alteradas; e por fim, como lugar de preservação e valorização de idéias e heranças relativas à identidade nacional.

De acordo com Saviani (1986), educação e política são práticas distintas; no entanto, mantêm uma íntima relação:

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infra-estrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos, etc. (p. 89).

Dessa forma, falar em política educacional implica em considerar que “a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...], ao referencial normativo global de uma política”. (AZEVEDO, 2001, p. 60).

No que se refere às idéias e concepções sobre a constituição do Estado, da política e do ato de governar, ao longo do processo de formação histórica, alguns pensadores políticos defenderam diferentes modelos de Estado. O Estado liberal, proposto por Adam Smith ²

² Para esse teórico, o homem é sempre impulsionado por algum interesse pessoal e egoísta, e isso conduz o indivíduo, de modo natural, a preferir a modalidade de investimento capaz de beneficiar a sociedade, pois aquilo que é vantajoso para ele também será para a sociedade. Existe, portanto, nessa concepção de Estado, uma noção

(escocês do século XVIII considerado o fundador da ciência econômica), baseou-se na livre iniciativa e na isenção ou não intervenção do Estado nos processos sociais. Porém, no fim do século XX, o liberalismo político e o liberalismo econômico juntam-se em um projeto hegemônico denominado *neoliberalismo*, em que o Estado mínimo e a ampliação das relações mercantis são a tônica do processo. Os principais mentores dessa proposta foram: Ronald Reagan (1980/1988) e George Bush (1988/1992) nos EUA, e Margareth Thatcher (1979/1990) e John Major (1990/1997) na Inglaterra.³

Segundo Ball (1998, p. 126), o neoliberalismo “é aquilo que se poderia chamar de ideologias de mercado”, ou seja, uma proposta vinda do liberalismo que se tornou “neo” por focalizar sua atenção nos aspectos econômicos das propostas liberais. No neoliberalismo, ao invés da igualdade de valores de direitos entre os seres humanos e do reconhecimento e respeito às diferenças (núcleo moral do liberalismo), o que é priorizado são as reinterpretações econômicas que se possa fazer a respeito de cada um desses aspectos.

O neoliberalismo expressou uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a solução dos problemas cíclicos da economia do mundo capitalista. Provocou uma modificação organizacional, estrutural e funcional do Estado, minimizando o seu papel (no que diz respeito à garantia dos direitos sociais), tendo como principal preocupação limitar a esfera de influência do público no privado. Isto é: “a globalização do capitalismo e de seu comparsa político, o neoliberalismo, funciona, de forma conjunta, para naturalizar o sofrimento, para destruir a esperança e para aniquilar a justiça.” (McLAREN, 1998, p. 88).

Dito de outra forma, a visão neoliberal propõe a precarização do Estado, revelando o fortalecimento da concepção de Estado mínimo, segundo a qual ele deixa de “promover políticas sociais básicas, transferindo a responsabilidade para a própria sociedade, dada a suposta incapacidade deste Estado de responder a todas as demandas sociais”. (CRUZ, 2003, p. 12). Com a restrição e/ou diminuição das funções do Estado, ocorre o repasse de demandas para a iniciativa privada, ou seja, para a esfera do mercado, o que reforça a segmentação social da população, uma vez que somente terão acesso ao serviço privado aqueles que dispõem de uma boa condição financeira. Ou seja, os direitos sociais se tornam mercadorias e o movimento

de ordem natural que permite que a economia se auto-regule e encontre o equilíbrio sem que o Estado precise intervir, pois a livre-concorrência e a liberdade de mercado solucionariam os problemas econômicos.

³ A chegada ao poder dos governos de Thatcher e Reagan ocorreu sob a égide da supremacia do mercado. Deu-se início a uma ofensiva política e social, cujo principal objetivo era destruir o conjunto das instituições e das relações sociais que, pretensamente, teriam engessado o capital no primeiro mandato de Roosevelt (EUA). Houve uma liberalização e desregulamentação financeira que conduziram a um crescimento muito rápido dos ativos financeiros. Essas reformas estruturais de liberalização, desregulamentação e privatização, se realizaram no sentido de restaurar o poder de dominação capitalista, objetivando fundar uma economia de mercado integrada globalmente.

econômico restringe a esfera social da cidadania em favor da projeção do mercado. Essa nova tendência teórica e política de ordenamento do mundo capitalista:

[...] questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política gestado com o aprofundamento da intervenção estatal. Menos Estado e mais mercado é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção de liberdade individual. (AZEVEDO, 2001, p. 11).

Neoliberalismo e educação

Ao contrário do que pregava o liberalismo clássico (que tinha por base a defesa da liberdade do indivíduo), o neoliberalismo reduziu o indivíduo a um mero consumidor, onde o que passa a ser priorizado não é a liberdade da pessoa, mas a liberdade econômica das grandes organizações que detêm o poderio financeiro mundial.

E o que isso tudo tem a ver com a educação? Segundo Marrach (1996) a retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação ao:

- preparar o indivíduo para adaptar-se ao mercado de trabalho, justificando que o mundo empresarial necessita de uma força de trabalho qualificada para competir no mercado nacional e internacional;
- fazer da escola um meio de transmissão da ideologia dominante e dos princípios doutrinários do neoliberalismo, a fim de garantir a reprodução desses valores;
- incentivar que a escola funcione de forma semelhante ao mercado, adotando técnicas de gerenciamento empresarial, pois essas são mais eficientes para garantir a consolidação da ideologia neoliberal na sociedade.

Percebe-se que o discurso educativo neoliberal configura-se a partir de uma reformulação dos enfoques economicistas da teoria do capital humano, ⁴ em que a educação é definida como uma atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho.

No entanto, o discurso utilizado para definir o papel da educação numa perspectiva neoliberal é diferente daquele utilizado pela teoria do capital humano. Nos anos 50 e 60, a

⁴ A teoria do capital humano colocou de forma precisa e unidirecional a relação entre educação e desenvolvimento econômico, no contexto histórico de um capitalismo baseado num modo de regulação fordista. Sob essa perspectiva, os conhecimentos que aumentam a capacidade de trabalho constituem um capital que, como fator de produção, garante o crescimento econômico de modo geral e, de forma particular, contribui para incrementar o ingresso individual de quem o possui. (GENTILI, 1995).

educação era considerada um investimento (individual e social), e o mercado daria conta de gerar uma multiplicação de oferta de empregos e um aumento geral da riqueza para aqueles que tivessem acesso à educação. Estudar significava, portanto, garantir um lugar num mercado de trabalho em permanente e ilimitada expansão.

Porém, com os limites estruturais do fordismo e o esgotamento das condições políticas e econômicas que garantiam a sua reprodução ampliada, o neoliberalismo impõe um outro desafio à educação: formar para que os indivíduos tenham competências num mercado de trabalho cada vez mais restrito, quando “os melhores”, e somente estes, conseguirão ter sucesso econômico (ou emprego).

Sendo assim, no enfoque neoliberal, cabe à educação o papel de legitimar novos e velhos processos de exclusão verificados também no contexto social. Para isso, devem difundir-se no interior do sistema educacional as relações mercantis de concorrência, isto é, “no discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança”. (MARRACH, 1996, p. 43). Trata-se da crescente subordinação ao econômico e da transformação da própria educação em mercadoria, quando pais e alunos passam a ser vistos como consumidores, e o conteúdo político da educação é substituído pelos direitos do consumidor.

Os neoliberais acreditam que o poder público pode e deve dividir ou transferir para o setor privado as suas responsabilidades na área da educação, favorecendo, com isso, o aquecimento do mercado e a melhoria na qualidade dos serviços educacionais. É o que se chama *privatização do ensino*. Os pais, como consumidores, têm direito de matricular seus filhos numa escola que melhor contemple seus interesses. Esse movimento gera uma disputa entre as escolas (competição), no sentido de oferecer um melhor “produto” (educação) aos seus “consumidores” (pais e alunos), o que acaba qualificando o processo educativo.

Porém, quando se delega a oferta escolar para a iniciativa privada, ocorre a fragilização e desagregação da escola pública (minimizando a garantia de acesso à educação como direito de todos), e modifica-se o padrão do ensino público (uma educação que contemple a diversidade), pois existe a necessidade de adequar o currículo às exigências do mercado (mais treinamento e menos formação escolar *stricto sensu*). Ou seja, quando o Estado privatiza a escola pública ⁵ nega,

⁵ No livro escrito por Regina Magalhães de Souza, intitulado *Escola e juventude*, a autora faz uma reflexão interessante sobre o que está acontecendo com a escola pública nos dias de hoje. A autora diz que a escola tem se caracterizado pela efetiva ausência de um projeto educativo que lhe dê substância e fundamento, bem como pela fragilidade de integração de seus alunos com a organização. A principal habilidade desenvolvida na escola resume-se no desenvolvimento da capacidade do indivíduo de, pelo exercício do pensamento instrumental, adaptar-se a um meio social de regras instáveis. “Em síntese, não é mais o disciplinamento da força de trabalho o que promove a escola, mas a adaptação do indivíduo à instabilidade, à ausência de autoridade e de critérios, à prevalência dos interesses

de certa forma, o direito à educação a maioria da população, aprofundando os mecanismos de exclusão social aos quais estão submetidos os setores populares.

O discurso educacional neoliberal está centrado na expressão *qualidade total*⁶, que à primeira vista aparenta: excelência no ensino e na pesquisa; professores competentes; alunos aptos para ingressarem no mercado de trabalho; currículo com conteúdos científicos e tecnológicos atualizados. No entanto, representa mais um ponto de vista empresarial do que educacional, visto que traz em seu bojo um raciocínio tecnicista baseado na produtividade e objetivando a performatividade na educação. A “escola de qualidade” defendida pelos neoliberais, é aquela que apresenta um ensino e uma gestão eficiente para competir no mercado, referendando a idéia de que o aluno é um consumidor do ensino e o professor um profissional bem treinado, tendo como principal incumbência preparar os educandos para, mais tarde, se inserirem no mercado de trabalho.⁷

A homogeneização dos conteúdos, a utilização de uma prática pedagógica voltada para o “saber fazer” (ou pelos menos fornecer as bases instrumentais para a aquisição do saber fazer) e a implementação de uma política de avaliação nacional (com o objetivo de mensurar o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, do sistema educacional vigente) são ações que visam a garantir o controle e a efetivação da proposta educativa neoliberal. Em outras palavras, no modelo educacional proposto pelo neoliberalismo, “a escola que na origem grega designava o lugar do ócio, é transformada em um grande negócio”. (SHIROMA et alii, 2004, p. 120).

Segundo Candeias (1995, p. 167), “o que se percebe é que para as massas, para o comum das pessoas, aprender a ler, escrever e contar [...] é mais do que suficiente para o papel que delas se espera: o de subordinados”. Quando se quer subalternos eficientes (tanto nas empresas como na sociedade), pessoas que saibam apenas acatar e cumprir ordens, sem muita iniciativa e criatividade, adotam-se práticas pedagógicas que defendem a simplificação e o pragmatismo dos conteúdos, como forma de expansão massiva dos setores com necessidades de

individuais sobre os coletivos, ao descrédito da justiça e da lei, característicos da vida contemporânea”. (SOUZA, 2003, p. 183).

⁶ Esse conceito tem sido muito utilizado por representantes empresariais no tocante à redução de custos, aumento da produção, diminuição da mão-de-obra, aumento da produtividade e, portanto, ao lucro empresarial.

⁷ Nesse sentido, cabe aqui uma ressalva feita por Marrach (1996): mesmo que o discurso neoliberal aponte que a educação tem o papel estratégico de preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho, a revolução tecnológica tem ocasionado um grande índice de desemprego estrutural, o que nos remete a pensar que a escola não está conseguindo cumprir nem mesmo as funções primordiais atribuídas a ela pelo modelo neoliberal. Souza (2003) diz que a escola não está mais conseguindo formar e disciplinar a força produtiva como acontecia nos anos 70 e 80. “Em meio ao crescente desemprego e à grande competição por postos de trabalho, o próprio mercado tem se encarregado de formar sua mão-de-obra.” (SOUZA, 2003, p. 10). E acrescenta: “Uma vez que as possibilidades de inserção profissional estão cada vez mais limitadas, cabe lembrar que o grau de escolaridade é necessário, mas não suficiente para garantir a ocupação; [...] a seleção do mercado de trabalho caracteriza-se por um credencialismo que remete para segundo plano o conhecimento e as formações escolares, fazendo da escola regular não a agência formadora de mão-de-obra, mas uma mera distribuidora de certificados.” (p. 36-37).

mão-de-obra barata e com pouca formação. Ou seja, o currículo deve apenas informar a não formar a massa .

Apesar do modelo neoliberal basear-se na desigualdade social, a escola vende a idéia de que o sucesso depende do empenho e desempenho de cada um, reforçando a lógica de que, numa sociedade moderna, só vencem os melhores, e que, se o aluno não conseguiu atingir os resultados esperados, a culpa não é da escola (ou da sociedade), mas dele, que não teve competência para atingir os objetivos propostos.

A educação tem grande importância para o projeto neoliberal, pois legitima a desigualdade (base do sistema econômico capitalista). Partindo do pressuposto que a educação possibilita aos alunos as mesmas oportunidades, a educação prova que desigualdade é eticamente justa, por ser uma opção individual. O maior problema é que esse discurso desmonta toda e qualquer possibilidade de construção de um espírito solidário e cooperativo entre as pessoas, acirrando cada vez mais a disputa e a competição, o que contribui para o reforço da ideologia excludente pregada por esse modelo econômico.

A educação no Brasil

No fim dos anos 80 e 90, começaram a circular no meio educacional, palavras como: qualidade total, modernização do ensino, adequação ao mercado de trabalho, competitividade, eficiência e produtividade, fruto da ideologia neoliberal. Atribuiu-se à educação, a responsabilidade de dar sustentação à competitividade do país, pois enquanto consenso mundial, se disseminou a idéia de que para “sobreviver à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser um cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade”. (SHIROMA et alii, 2004, p. 54).

Documentos provenientes de organismos internacionais como: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Comércio (OMC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento Industrial e Social (ALADIS), propalaram soluções consideradas cabíveis aos países em desenvolvimento, no que tange tanto à educação quanto à economia.

A partir da *Conferência Mundial de Educação para Todos* (1990), realizada em Jontiem (Tailândia), financiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o PNUD e BM, ficou

acordado com representantes de diversos governos e entidades não-governamentais, associações profissionais e educadores do mundo inteiro, que todos se comprometeriam em garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos do seu país. (MELO, 2004).

A Educação Básica deveria dar conta de atender as *necessidades básicas da aprendizagem*,⁸ visando: a redução da pobreza; o aumento da produtividade dos trabalhadores; a redução da fecundidade; a melhoria da saúde, além de dotar as pessoas de atitudes necessárias para participar plenamente da economia e da sociedade. Ou seja, investir na educação básica contribuiria para formar trabalhadores mais adaptáveis, capazes de adquirir novos conhecimentos sem grandes dificuldades, atendendo assim, a nova demanda do mercado globalizado.⁹

Essas reformas consistem na retomada dos pressupostos liberais, impondo aos países em desenvolvimento, diretrizes políticas de ajuste estrutural conveniente aos interesses do capital estrangeiro, como: redução dos gastos públicos com os setores sociais; uniformização e a integração dos países às políticas econômicas globais; restrição da criação científica e tecnológica para os países pobres; e um investimento na educação, principalmente, com o objetivo de proporcionar à população a aquisição de competências, habilidades e valores mínimos, necessários ao mercado.

No caso do Brasil, a implementação dessas políticas internacionais teve início no governo Itamar Franco, a partir da elaboração do *Plano Decenal de Educação para Todos*.¹⁰ Porém, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que a reforma anunciada se concretizou. Essas reformas educacionais se realizaram “como elemento do projeto neoliberal de sociedade, num processo histórico de mundialização do capital”. (MELO, 2004, p. 163). Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394), uma lei de educação que objetivou a aquisição de novas competências e habilidades pelos indivíduos, no intuito de promover a uniformização da integração global do mercado.

Segundo Demo (1997), a nova LDB possibilitou alguns avanços, mas também retrocessos à educação nacional. Com relação aos avanços, o autor ressalta: a integração da educação infantil como parte do sistema educacional; a obrigatoriedade da escolarização no Ensino Fundamental, ligada a padrões de qualidade (embora não sejam claramente explicitados);

⁸ Esse conceito refere-se àqueles conhecimentos teóricos e práticos, às capacidades, aos valores e às atitudes indispensáveis ao sujeito para enfrentar suas necessidades básicas em sete situações: 1) sobrevivência; 2) desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) vida e um trabalho digno; 4) participação plena no desenvolvimento; 5) melhoria na qualidade de vida; 6) tomada de decisões informadas; 7) possibilidade de continuar aprendendo. (SHIROMA et alii, 2004).

⁹ Essas proposições também foram explicitadas no Consenso de Washington (1989), reunindo nos EUA, técnicos do BM, do FMI e do BIRD, com o objetivo de discutir as reformas econômicas e educacionais que deveriam ser adotadas pelos países em desenvolvimento.

¹⁰ A partir desse plano, o Brasil traçou as metas locais (contemplando aspectos referendados no acordo firmado em Jontiem), acenando aos organismos internacionais que o projeto educacional por eles prescrito seria aqui implantado.

ênfase na gestão democrática (pedagógica e administrativa); avanço na concepção de educação básica (vista como sistema de educação e não de ensino); institucionalização da *Década da Educação*.¹¹

Com relação aos “ranços” da Lei, Demo (1997) comenta: que apesar de introduzir alguns componentes atualizados e interessantes, a Lei não é inovadora, predominando no corpo da mesma uma visão tradicional que impede de perceber o quanto às oportunidades de desenvolvimento dependem da qualidade educativa da população; referenda a aquisição e não a construção do conhecimento, contrariando as modernas teorias de educação; apesar do avanço nos processos avaliativos do rendimento escolar, nem sempre a aprendizagem é o fim maior, passando a idéia de que o aluno tem de progredir a qualquer custo; a valorização do magistério não acontece no sentido de melhoria tanto do salário quanto da formação continuada dos professores; a formação docente não é pautada no ensino, pesquisa e extensão, mas na aplicação prática do conhecimento.

A atual LDB “trata-se de um saber pensar que, de maneira alguma, basta-se com o pensar, pois sua razão de ser é a de intervir” (DEMO, 1997, p. 78), estabelecendo uma relação muito próxima entre educação e qualificação profissional, faltando-lhe a percepção da importância da educação como processo de humanização e reconstrução social.

Nesse contexto, a proposta educativa referendada pela lei máxima da educação em nosso país, tem provocado (entre outras coisas): o desmonte dos sistemas educativos públicos; estimulado a privatização do ensino de forma competitiva; restringido e separado os diferentes níveis de ensino (dificultando, inclusive, o acesso ao conhecimento). Ou seja, através da desregulamentação dos critérios legais foi ampliado o setor educativo privado, fazendo com que a oferta escolar pública fosse deslocada para a particular, desresponsabilizando, assim, o Estado da tarefa de educar.

Essa estratégia de desresponsabilização do Estado para com a educação está contribuindo para a redução de ofertas dos serviços educacionais ao povo brasileiro, uma vez que ao transferir a educação para a esfera do mercado, esta deixa de ser direito universal e passa a ser condição de privilégio (se torna seletiva e excludente), na medida em que, só alguns conseguem ter acesso e se manter no sistema educativo.

¹¹ A *Década da Educação* consiste num documento que apresenta uma série de propostas para a educação brasileira, para serem cumpridas a partir da publicação da LDB e num prazo de dez anos, como: matrícula de todos os educandos no Ensino Fundamental a partir dos 7 anos; oferta de cursos presenciais e a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; realização de programas de capacitação para todos os docentes em exercício; integração de todos os estabelecimentos de educação fundamental no sistema nacional de avaliação do rendimento escolar; esforço no sentido de transformar as escolas da rede urbana em escolas de tempo integral; admissão somente de professores habilitados em nível superior ou pela escola normal.

Por meio de entidades públicas não governamentais, o Estado convoca a iniciativa privada a compartilhar das responsabilidades pela educação, reafirmando a velha tese da social-democracia de que se a educação é uma questão pública não é necessariamente estatal. (SHIROMA et alii, 2004, p. 116).

Educação e cidadania: reflexões finais

De acordo com Schugurensky (1999), ao longo da história da humanidade tem-se observado a existência de inúmeras definições do conceito de cidadania, pois são várias as maneiras de abordar dinâmicas de inclusão e exclusão, de entender o que é considerado direito e/ou responsabilidade de um indivíduo na sociedade. “Na tradição liberal, a noção de cidadania se refere às expectativas e à normatividade que regem as relações entre indivíduos e Estado-nação”. (SCHUGURENSKY, 1999, p. 189). Desde o pós-guerra, o debate sobre cidadania tem dado ênfase à distinção entre direitos civis, políticos e sociais, caracterizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (teoria de Marshall) e a crescente consolidação do Estado de Bem-estar social.

Em contrapartida, sob a influência do modelo neoliberal, o “conceito de cidadão compete com o conceito de consumidor ou cliente” (SCHUGURENSKY, 1999, p. 189), ou seja, o discurso que antes era centrado em direitos inalienáveis do indivíduo passa a ser substituído por um discurso que privilegia a competitividade, a individualidade e a eficiência, tendo em vista satisfazer as exigências do mercado e da economia mundial.

Como já foi dito anteriormente, a educação, nos diferentes momentos históricos, esteve ligada a uma determinada visão social, foi usada para se ganhar espaço e projeção na sociedade. Isso deve-se ao fato de que, o projeto de educação revela um tipo de interesse a ser defendido, ou seja, traz em seu bojo a defesa de uma concepção de sujeito e de sociedade que se pretende implementar. Segundo Freire (1998, p. 28), a partir do sistema educativo adotado por um país, pode-se contribuir para a reprodução de uma ideologia dominante ou trabalhar a favor da emancipação de uma sociedade, “[...] quando se reforça a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

Na proposta educativa referendada pela lógica neoliberal (onde as práticas sociais estão alicerçadas numa relação meramente econômica), a concepção de sociedade e de cidadania que vem a tona é aquela que prima pela ética utilitarista, pelo individualismo, pela exclusão e pela competitividade. Dito de outra forma, quando as políticas educacionais implementadas são fruto de uma ideologia onde “a educação é condição necessária para a reprodução econômica e

ideológica do capital” (CRUZ, 2003, p.16), ideais como: igualdade de oportunidades, participação e autonomia, passam a ser subordinados à lógica racional do mercado, e as reformas na área educacional ficam reduzidas ao cumprimento de objetivos que atendem, prioritariamente, ao imperativo econômico.

No entanto, uma forma de se romper com esse ciclo de crueldades e de marginalização social imposto pela lógica neoliberal, é acreditar e lutar por um outro modelo de educação; uma educação comprometida com a formação de indivíduos críticos e conscientes do seu papel social, pautada na construção democrática e no diálogo.

A Educação Popular surge em contrapartida a esse modelo de educação neoliberal; fundamenta-se nos princípios de uma educação emancipatória e humanizadora, em que a razão de ser do ato de educar não é apenas capacitar os indivíduos (por meio de transferência de conhecimentos) a viverem e se adaptarem ao mundo em que vivem, mas torná-los conscientes. Atribuir à educação uma finalidade utilitária, destinando-a a formatação e adaptação das pessoas à sociedade, é algo muito cruel. “Ainda que represente uma escolha de saberes, de sentidos, de significados, de sensibilidades e de sociabilidades, entre outras, a educação não pode preestabelecer de maneira restrita modelos de pessoas”. (BRANDÃO, 2003, p. 21).

A Educação Popular é uma proposta educacional voltada aos interesses populares (produzida pelas classes populares ou para as classes populares ¹²) visando, fundamentalmente, a ser uma educação democrática, ou seja, propiciar maior conscientização aos excluídos da sociedade, para que lutem pela garantia dos seus direitos como cidadãos. Suas práticas estão, predominantemente, voltadas para o exercício da cidadania, para a afirmação e o desempenho do papel que as classes populares deveriam assumir no cenário político e social.

A implementação de uma educação comprometida com a mudança social tem um importante papel a cumprir, pois auxilia na promoção e aquisição de saberes e competências necessárias, para que as pessoas possam participar dos processos de deliberação e de tomada de decisões na sociedade, resgatando o direito de ser cidadão na plenitude da palavra. Investir numa educação que se alinhe com os interesses e os projetos sociais dos menos favorecidos, que promova o desenvolvimento de sujeitos com capacidade de analisar criticamente a realidade e transformá-la, é urgente, principalmente quando se deseja construir uma sociedade digna e humana, que privilegie o “ser” em detrimento do “ter”.

¹² Classes populares são aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação no capitalismo, sob múltiplas formas. Exploração que se liga tipicamente à atividade produtiva, mas se produz e se reproduz em outras dimensões do processo econômico, como nos planos social e político. (WANDERLEY, 1986).

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. v. 56. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BALL, Stephen. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BARROSO, João. Gestão local da educação: entre o Estado e o mercado, a responsabilização coletiva. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Política e gestão da educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRANDÃO, Carlos R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

CANDEIAS, Antônio. Políticas educativas contemporâneas: críticas e alternativas. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n.1, jan./jun. 1995.

CRUZ, Rosana Evangelista. **Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão do capital internacional?** Curitiba: UFPR, 2003.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão educativa? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n.1, jan./jun. 1995.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

McLAREN, Peter. Traumas do capital: pedagogia, política e práxis no mercado global. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, Adriana Almeida Sales. **A mundialização da educação:** consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004.

OZGA, Jenny. **Investigação em políticas educacionais:** terreno de contestação. Porto: Porto, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1986.

SCHUGURENSKY, Daniel. Globalização, democracia participativa e educação cidadã: o cruzamento da pedagogia e da política pública. In: SILVA, Luiz Heron. **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, Regina Magalhães de. **Escola e Juventude:** o aprender a aprender. São Paulo: Educ/Paulus, 2003.

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Célia M; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. Educação popular e processo de democratização. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). **A questão política da Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 1986.